

PGR amplia para 479 número de denunciados por atos golpistas

PGR denuncia quase 500 pessoas em atos golpistas

Sexta leva de acusações inclui 225 presos, por associação criminosa e incitação ao crime das Forças Armadas contra poderes

A Procuradoria-Geral da República (PGR) denunciou ontem mais 225 presos no acampamento montado em frente ao Quartel-General do Exército em Brasília por ligação com os atos golpistas do dia 8 – quando radicais invadiram e depredaram as dependências do Palácio do Planalto, do Congresso e do Supremo Tribunal Federal (STF). Trata-se da sexta leva de acusações apresentadas pela PGR ao Supremo. O número de denunciados agora chega a 479.

O subprocurador-geral da República Carlos Frederico Santos, coordenador do Grupo Estratégico de Combate aos Atos Antidemocráticos, imputa aos investigados supostos crimes de associação criminosa e incitação ao crime equiparada pela animosidade das Forças Armadas contra os poderes constitucionais. Pede ainda que os 225 presos sejam sentenciados a pagar indenização mínima, “ao menos em razão dos danos morais coletivos evidenciados pela prática dos crimes imputados”, e que os delitos citados na denúncia sejam considerados de forma autônoma, com a soma das penas previstas para cada infração.

Os alvos da mais recente denúncia da Procuradoria estão custodiados no sistema prisional do Distrito Federal, sob regime de prisão preventiva – quando a detenção não tem data para terminar. Após serem detidos em flagrante no acampamento bolsonarista em frente ao QG do Exército, eles passaram por audiência de custódia e a detenção foi mantida pelo ministro Alexandre de Moraes. Ao todo, 942 pessoas tiveram a prisão em flagrante convertida em prisão preventiva.

Estrutura

Na sexta denúncia apresentada ao STF na esteira dos atos golpistas, a PGR volta a argumentar que o acampamento em frente ao QG do Exército “apresentava evidente estrutura a garantir perenidade, estabilidade e permanência” de investigados “que defendiam a tomada do poder”. Outras pessoas já haviam sido denunciadas por envolvimento no acampamento. A Procuradoria já havia descrito

a estrutura como “uma espécie de vila, com local para refeições, feira, transporte, atendimento médico, sala para teatro de fantoches, massoterapia, carregamento de aparelhos e até assistência religiosa”. O local, que por 63 dias abrigou bolsonaristas que cobravam intervenção militar, só foi desmontado após a ofensiva violenta do dia 8, por ordem de Moraes.

Ontem, o ministro da Justiça, Flávio Dino, abriu boletim de ocorrência após ser hostilizado, no domingo, por um vizinho no prédio onde mora em Brasília. Segundo a assessoria do ministro, ele foi chamado de “ladrão”, e o caso foi registrado como desacato. O homem poderá assinar termo circunstanciado, relacionado a crimes de menor relevância, com pena máxima de dois anos ou multa.

Bloqueio

A Justiça Federal do Distrito Federal determinou ontem o bloqueio dos bens de 40 pessoas presas em flagrante pela depredação dos prédios dos três poderes durante os atos antidemocráticos do dia 8 de janeiro. A decisão atende ação apresentada pela Advocacia-Geral da União (AGU).

O bloqueio ocorrerá sobre imóveis, veículos e contas bancárias. No pedido, a AGU argumenta que os participantes suspeitos de financiarem os atos ou que depredaram devem arcar com prejuízo causado ao patrimônio público, estimado em R\$ 18,5 milhões.

Além disso, a AGU e o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos pediram à Controladoria-Geral da União (CGU) a imediata instauração de processo administrativo disciplinar sobre servidores federais que tenham participado dos atos golpistas, com avaliação de afastamento cautelar.

O documento aponta “evidente periculosidade” dos agentes, argumentando que “desdenham por completo o regular funcionamento das instituições”. Para a AGU e o ministério, os funcionários podem, “no exercício de suas atribuições diárias, se utilizar de sistemas e de meios postos à disposição de servidores públicos para embaraçar as investigações”.



Nascimento atuou na recuperação de *Trigo na Serra*, de Guido Mondin

Primeira obra restaurada de volta a exibição no Senado

O Senado voltou a expor ontem a primeira das 14 obras de arte que foram danificadas durante a invasão de bolsonaristas radicais que depredaram as dependências do Congresso Nacional no dia 8 de janeiro. O quadro *Trigo na Serra*, do gaúcho Guido Mondin, retornou à Sala de Recepção da Presidência da Casa. A peça em acrílico sobre eucatex mede 92 por 112 centímetros. Após os ataques, a tela, pintada em 1967, foi encontrada no chão, separada da moldura.

Fragmentos de vidros quebrados durante a invasão e outros estilhaços provocaram arranhões e perda de policromia. A obra estava encharcada e empenada pela umidade, depois que os vândalos acionaram mangueiras e hidrantes de combate a incêndio.

O conservador Nonato Nascimento, do Laboratório de Restauração do Senado, foi o responsável pela recuperação. Nascimento falou sobre a emoção de trazer de volta para exibição pública obra tão importante para o acervo e, agora, à história do Senado.

– Quando percebi o estado em

que ela estava, foi chocante. É de arrepiar. Mas, quando terminei o trabalho de restauração, foi uma alegria no laboratório. Ela ficou linda de novo, está perfeita – disse.

Quem também comemora a entrega de *Trigo na Serra* é a coordenadora do Museu do Senado, Maria Cristina Monteiro. Ela revela que a recuperação de outra peça danificada pelos invasores está prestes a ser concluída: uma cadeira do século XIX, usada no Salão Nobre para a recepção de autoridades estrangeiras.

– A entrega do quadro de Guido Mondin representa um marco na recuperação da destruição que a gente sofreu. É a primeira obra que fica pronta, depois de um sentimento de terra arrasada, um sentimento de guerra que a gente enfrentou. Essa entrega significa um passo em direção à normalidade – disse.

Segundo Maria Cristina, ainda não há um cronograma definido para a restauração e a entrega de todas as obras danificadas. O custo total dos reparos pode chegar a R\$ 1 milhão.

Detalhe ZH

Alvo de sabotagem, uma torre de energia no município de Vale Verde, no Vale do Rio Pardo, no RS, foi reinstalada ontem. A queda ocorreu durante temporal registrado na região, mas, posteriormente, técnicos da Cooperativa Certaja, responsável pelo fornecimento, constataram uma sabotagem, com a retirada de cerca de 20 parafusos da base da estrutura.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Ataque às Instituições **Página:** 9